



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA - 0117

[2501 a 3000 processos]

Aos 13 dias do mês de setembro de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 08/2017, republicado em 08/08/2017 no DEJT (Edição 2287/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 357). Presentes o Juiz Substituto Auxiliar Fixo RICARDO LUIS VALENTINI e o Juiz Substituto MARCIO CAVALCANTI CAMELO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suelly Suzuki
Jurisdição Atendida:	IPUA, SAO JOAQUIM DA BARRA
Lei de Criação:	9.698/98
Data de Instalação:	12/11/1998
Data de Instalação do PJE:	09/10/2013
Data da Última Correição:	28/09/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	6 %
Acervo PJe/Acervo Total:	94 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	07/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
01/03/2016 a 06/08/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
07/08/2017 a 20/08/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
21/08/2017 a 29/08/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENATO DA FONSECA JANON	13/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA GOMIDE	30/08/2011

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 29/08/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	21/08/2017 a 29/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	07/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RICARDO LUIS VALENTINI	07/01/2016 a 19/12/2016
RICARDO LUIS VALENTINI	07/01/2017 a 29/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CRISTIANA DE MELO ABBES	REQ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	19/06/2017
DANIELA GUIDOLIN FERNANDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/11/1998
ELVIS DIAS BARBOSA PAIVA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	16/03/2015
MARCO POLO TRINDADE	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/08/2002
MELINA GOULART JABUR	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/06/2012
MICHELLE FREITAS DE OLIVEIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	18/10/2016
PAULO EDUARDO FLORA	TJA	FC-04 CALCULISTA	08/11/2010
ROBERTA APARECIDA DA SILVA	ND	FC-01 EXECUTANTE	27/03/2017
SANDRA LUCIA DEZEM	REQ	FC-02 ASSISTENTE	12/11/1998
SANDRA REGINA APARECIDA DOS SANTOS TEIXEIRA	AJ-OJA	-	01/12/2003
SAULO MACHADO SIMON	AJ-OJA	-	01/03/2004
SUSELANE BODELON NASCIMENTO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/11/1998
VALKIRIA GUELERI FARIA	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	22/09/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			5
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			8



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	1
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA MÉDICA/RGPS	9
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	1
LICENÇA PATERNIDADE	5
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
TOTAL	40



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
BRUNA BASSO BELL	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
LIVIA BIANCO PERON	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA GOMIDE	8
RENATO DA FONSECA JANON	58

SERVIDORES	HORAS
ELVIS DIAS BARBOSA PAIVA	90
MICHELLE FREITAS DE OLIVEIRA	4
SAULO MACHADO SIMON	70



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	380	1.602	---
	Aguardando encerramento da instrução	747	1.061	---
	Aguardando prolação de sentença	16	163	---
	Aguardando cumprimento de acordo	14	420	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.004	1.718	---
	Pendentes de finalização	2.161	4.963	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	154	493	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	233	284	---
	Pendentes de finalização	387	777	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	403	1.248	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	41	153	---
	Pendentes de finalização	444	1.401	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	83	---
TOTAL		2.992	7.224	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	113	111	8
Exceções de Incompetência	158	60	39
Antecipações de Tutela	86	87	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	49	41	8
Embargos à Execução	30	25	7
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	7	0
TOTAIS	440	331	63



6 - RECURSOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	597	526	110
Recurso Adesivo	35	30	10
Agravo de petição	45	37	8
Agravo de Instrumento	4	4	2
TOTAIS	681	597	130



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	375	120	222	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.269	206	386	---
Total / Média	2.644	193	342	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	373	119	226	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.214	203	392	---
Total / Média	2.587	191	346	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	97	1	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	757	5	42	---
Total / Média	854	4	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	31	64	232	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	392	80	240	---
Total / Média	423	79	238	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	98	314	1.710	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	12	605	1.104	---
Total / Média	110	346	1.647	---

*Do início até a extinção da execução

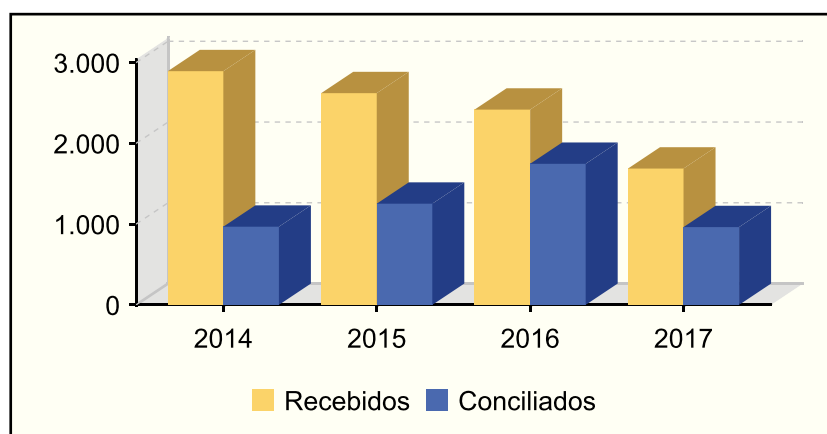


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

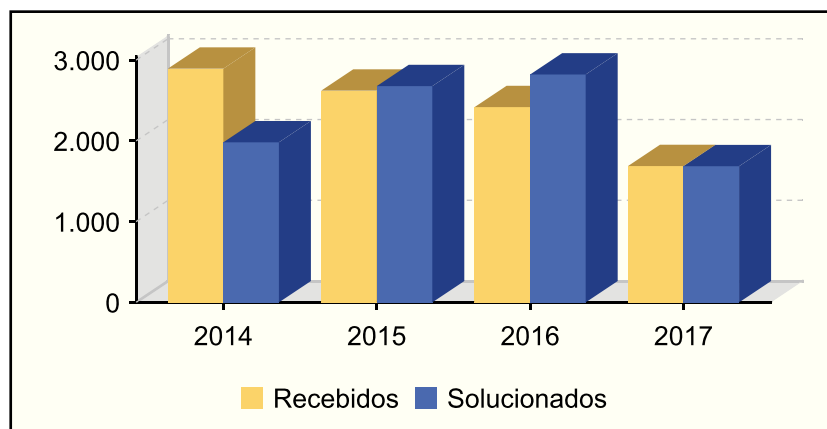
8.1 - Índice de conciliações [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.894	968	33,45
2015	2.622	1.253	47,79
2016	2.418	1.747	72,25
2017	1.688	963	57,05



8.2 - Índice de soluções [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.894	1.982	68,49
2015	2.622	2.678	102,14
2016	2.418	2.822	116,71
2017	1.688	1.686	99,88



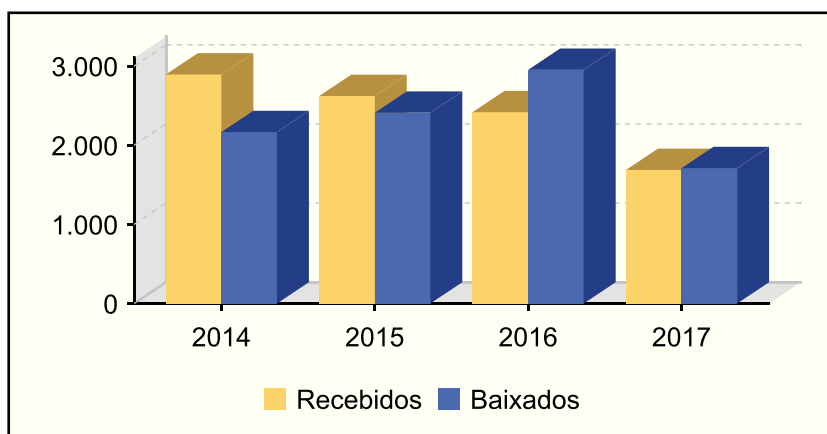


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

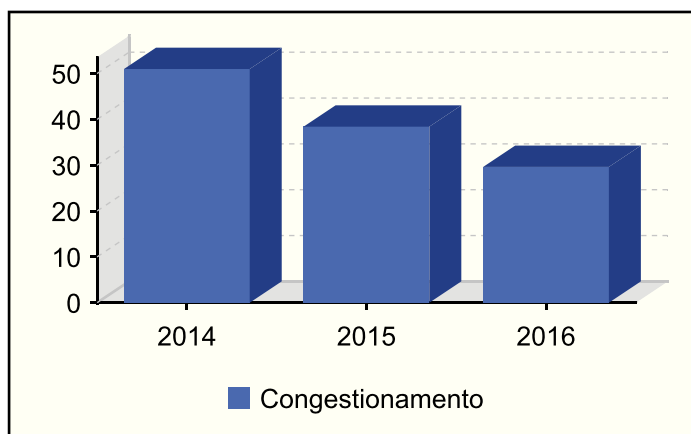
8.3 - Índice de baixas [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.894	2.166	74,84
2015	2.622	2.411	91,95
2016	2.418	2.953	122,13
2017	1.688	1.711	101,36



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.150	2.894	1.982	50,99
2015	1.726	2.622	2.678	38,41
2016	1.592	2.418	2.822	29,63

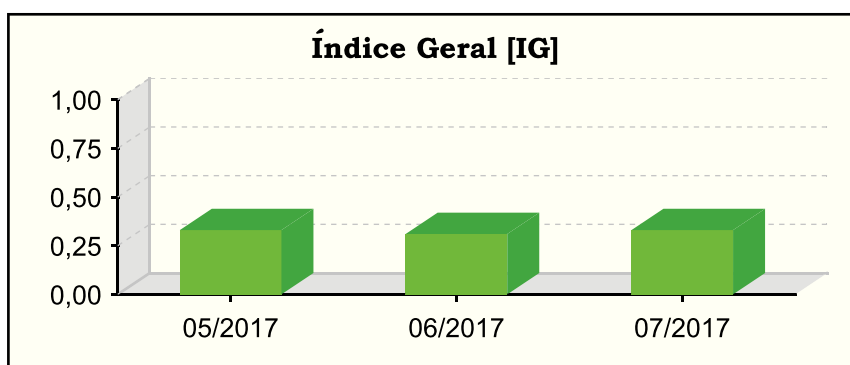
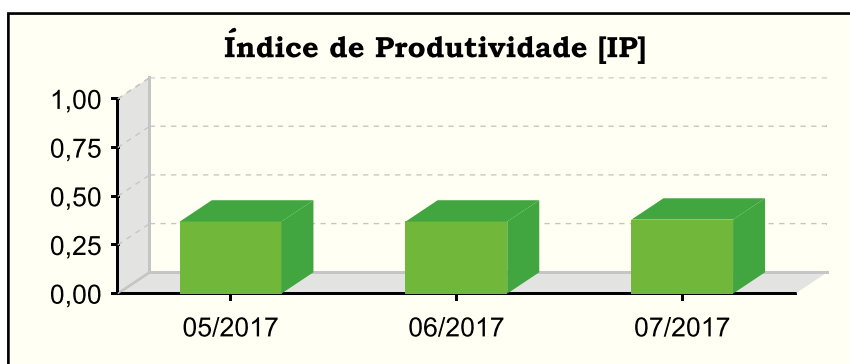
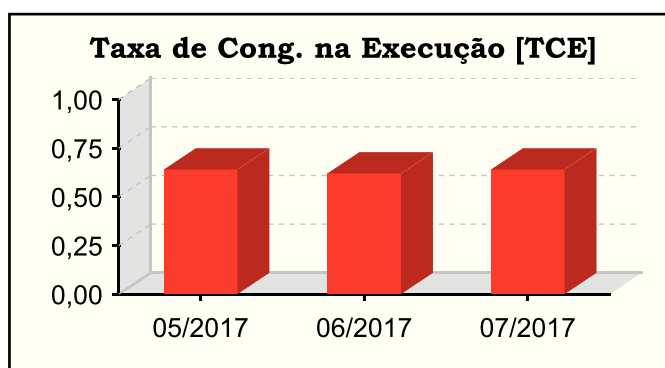
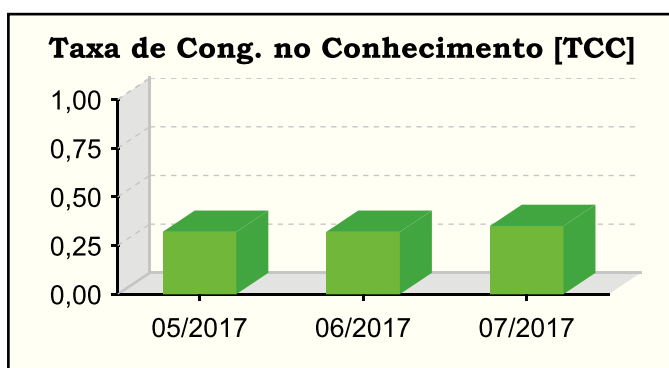




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
05/2017	0,32	0,64	0,37	0,33
06/2017	0,32	0,62	0,37	0,31
07/2017	0,35	0,64	0,38	0,33





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.684	140,3	122,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	718	59,8	52,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.402	200,2	175,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	411	34,3	30,0
Incidentes Processuais Resolvidos	359	29,9	26,2
Dias-Juiz	411	34,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.144	89,5	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	33.723	96,9	54,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	64.867	186,4	104,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.155	32,1	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	25.577	73,5	41,2
Dias-Juiz	18.612	53,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.615	70,6	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	151.772	82,7	52,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	281.387	153,3	97,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.701	27,1	17,2
Incidentes Processuais Resolvidos	109.330	59,5	37,9
Dias-Juiz	86.555	47,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

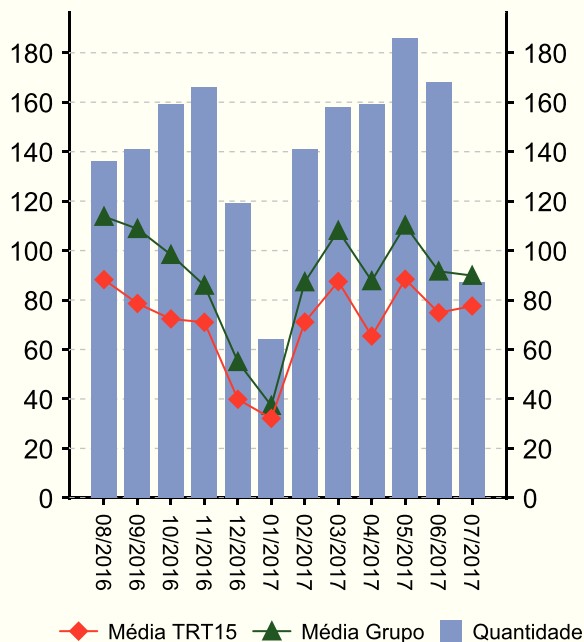


10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

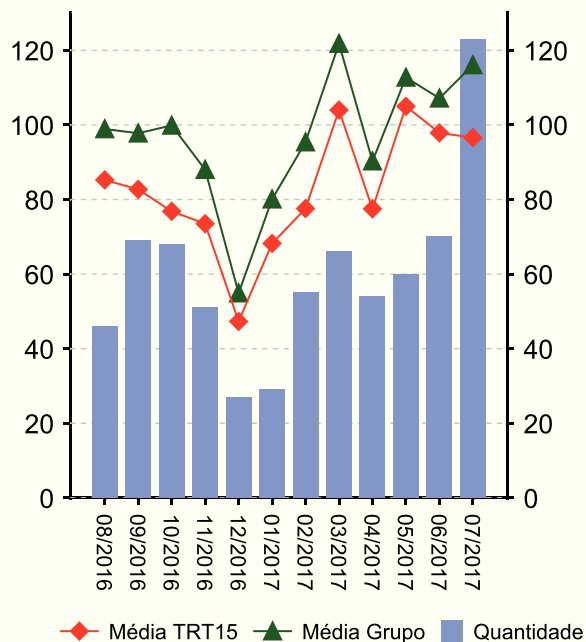
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

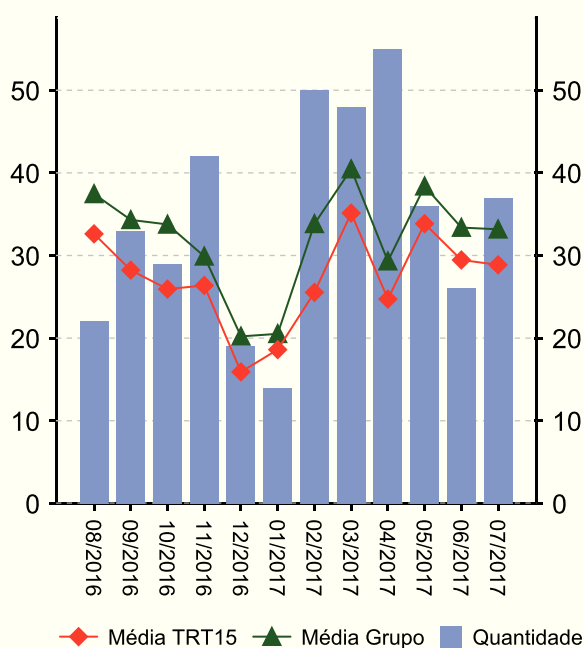
Processos Solucionados - com exame de mérito
(conciliações)



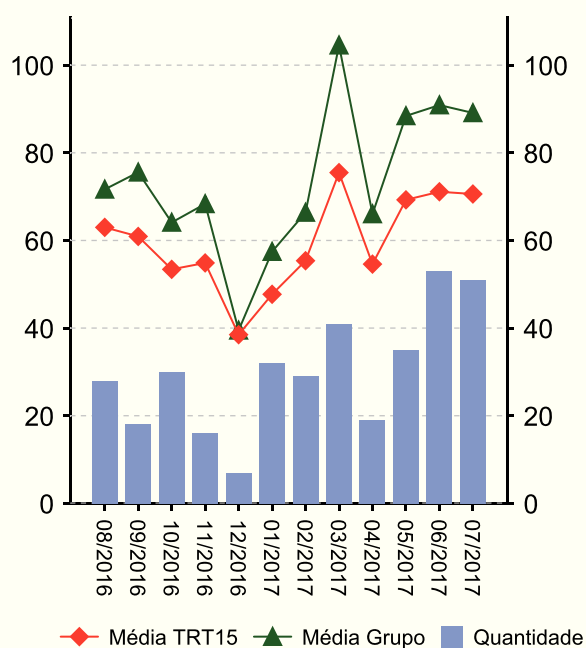
Processos Solucionados - com exame de mérito
(exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2.316	193,0	169,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.195	99,6	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	379	31,6	27,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	64	5,3	4,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.195	99,6	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	443	36,9	32,3
Dias-Juiz	411	34,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.612	53,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.555	47,1	---



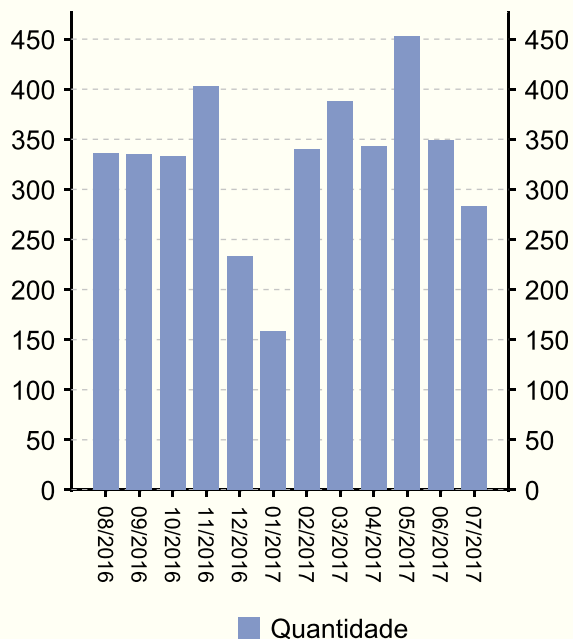
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

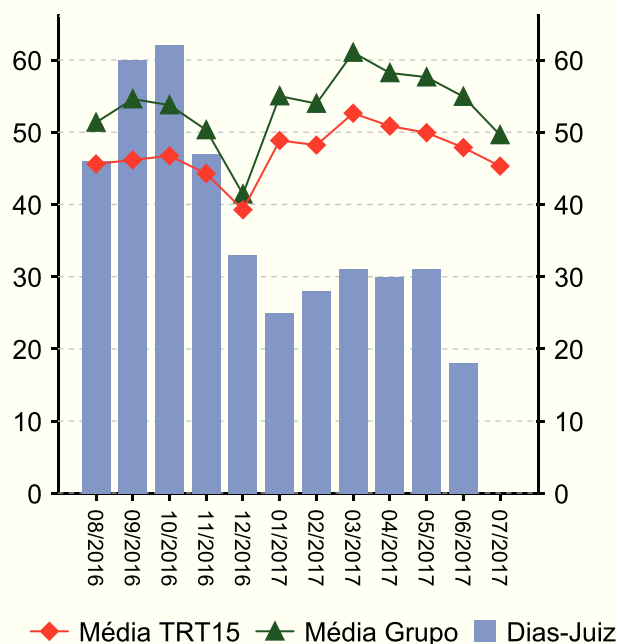
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	Total
08/2016	20	2	215	99	336
09/2016	17	5	165	148	335
10/2016	23	2	185	123	333
11/2016	73	9	234	87	403
12/2016	30	1	167	35	233
01/2017	23	0	86	49	158
02/2017	25	3	192	120	340
03/2017	47	13	154	174	388
04/2017	34	7	197	105	343
05/2017	43	9	268	133	453
06/2017	29	9	238	73	349
07/2017	15	4	215	49	283
Total	379	64	2316	1195	3954

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
08/2016	46
09/2016	60
10/2016	62
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	25
02/2017	28
03/2017	31
04/2017	30
05/2017	31
06/2017	18
07/2017	0
Média Mensal	34,2



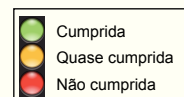
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

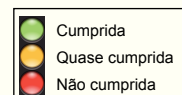
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2418	2822	0	202	235	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

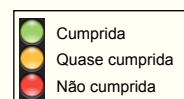
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2894	2605	2882	0	235	80	34 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
510	332	178	42	28	65 %





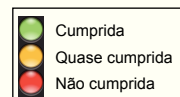
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

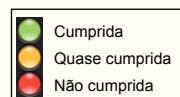
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
2	2	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
152	211	149	58 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 9.177,76	R\$ 119.935,14	R\$ 0,00	R\$ 941.938,82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	5
2015	34
2016	329
2017	775



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3.087	11	2	13	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 11 servidores (mais 02 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 25/8/2017)

PJe		SAP	
Data de corte:	-	Data de corte:	-
Saldo:	-	Saldo:	-
Data do mais antigo:	-	Data do mais antigo:	-
		Total:	-

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,33.

Embora tal resultado se demonstre positivo, há elevação nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,31 em 08/2016 para 0,35 em 07/2017, o que inspira maior atenção do gestor a esta fase processual.

De igual modo, a TCE – taxa de congestionamento na execução, no mesmo período apresentou elevação (de 0,59 em 08/2016 para 0,64 em 07/2017) e a variável do Prazo Médio do Início ao Encerramento da Liquidação (0,14 em 12/2016 para 0,15 em 07/2017), enquanto que houve decréscimo nos últimos meses da variável Acervo (de 0,33 em 12/2016 e 0,28 em 07/2017).

Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Pelos resultados alcançados, consigna-se elogios.

15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 25/8/2017)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Saulo Machado Simon	1	26/6/2017
TOTAL:	1	-

16 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimientos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:



16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010930-82.2017.5.15.0117, 0011298-28.2016.5.15.0117 e 0001996-14.2012.5.15.0117;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em dd/mm/2017, verificou-se a existência de 247 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011034-79.2014.5.15.0117, 0011196-06.2016.5.15.0117 e 0012509-36.2015.5.15.0117);

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0013082-11.2014.5.15.0117, 0012756-51.2014.5.15.0117 e 0010078-97.2013.5.15.0117;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora; a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 64 no período de 08/2016 a 07/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,21 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de São Joaquim da Barra apresenta 21% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 34,3 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (53,5).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 122,9 processos solucionados por meio de conciliações, superior ao dobro da média de referido grupo (RARIA 50,2). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 52,4, pouco inferior à média do grupo, de 54,4 (RARIA). Todavia, esse resultado foi suficiente para elevar a média total de solucionados com exame de mérito, de 200,2 (RARIA 175,3) na Unidade, enquanto o grupo teve média de 186,4 (RARIA 104,6) no mesmo período, motivo pelo qual o Exmo. Desembargador Corregedor Regional consigna seus elogios aos Juízes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, salvo a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento, com índice de cumprimento de 58%) e a Meta 5 do E. CNJ (Impulsionar processos à execução), cujo índice de cumprimento foi de 65% (item 11).

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade, há audiências agendadas com regularidade até:



TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS:	06/11/2017	-	67 dias
UNAS:	-	-	-
INSTRUÇÕES:	25/4/2018	2	237 dias
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Obs. Foi informado pela Unidade que é utilizada a pauta inteligente, processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da perícia, bem como processos que envolvam órgãos públicos.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã			6			
	tarde		30				
terça	manhã			6			
	tarde			6			
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã			6			
	tarde		33				
quinta	manhã			6			
	tarde			6			
sexta	manhã						
	tarde						



18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 193 dias, menor que seu grupo (342 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 120 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 206 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 747, quantidade menor que a média de seu grupo.

Por esses resultados, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Sugere-se complementarmente, nada obstante o elevado índice de soluções por meio de conciliações (item 17), que se estude a viabilidade de implementar as boas práticas já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo conferir maior celeridade à tramitação dos feitos. Destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.



19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – abster-se de designar audiência, quando for parte a União, o Estado, os Municípios, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, conforme a Recomendação GP-CR nº01/2014;

19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2016, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014), com 58% de cumprimento;

20.4 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.5 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no



Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

20.6 – utilizar regularmente as ferramentas CCS e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.7 – cumprir o inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “XIV – realizada a pesquisa pormenorizada, em estrito cumprimento ao mandado com amplos poderes de investigação, ao se deparar com novo mandado, oriundo da mesma ou de outras unidades, contra o mesmo devedor, poderão ser utilizadas para instruir essa nova diligência as mesmas informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, desde que a busca não tenha se realizado há mais de 12 (doze) meses”, cabe destacar que ao se valer de certidão anterior, ainda assim, se faz necessária a inclusão dos dados do processo no sistema com nova indicação de execução frustrada a fim de contabilizar as informações do Regional;

20.8 – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

20.9 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 31/8/2017 e 01/9/2017, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000089-04.2012.5.15.0117	Ocorrência APS	Apensado a processo arquivado definitivamente, dentro da variável 342 – pendentes de finalização da fase de conhecimento. Regularizar o processo.
2	0135200-67.2006.5.15.0117	Ocorrência RMA	Na ocorrência desde 5/2/2016, dentro da variável 342 – aguardando finalização da fase de conhecimento. Não houve o lançamento da ocorrência ARQ após o desarquivamento. Há outros 12 processos nessa variável. Regularizar todos os feitos nela constantes.
3	0001017-18.2013.5.15.0117	Ocorrência PJE	Processo na variável 117 – embargos de declaração pendentes desde 16/2/2016. Determina-se a regularização.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com todos os seus servidores para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências, registro de soluções nos incidentes processuais, bem como quanto a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.

Processos com perícia. Controle de perícia é adotado na Unidade e ficam fixadas as datas de perícia, laudo, impugnações e esclarecimentos em ata de audiência. O depósito prévio ocorre diretamente na conta bancária do perito, nada obstante alguns depósitos judiciais, o que não prejudica o êxito da prática.

Razões finais. Verificado que a Unidade, na caixa “Cumprimento de providências”, tem criada a subcaixa “Razões Finais”, concentrando nela os processos nessa circunstância, a Corregedoria alerta para o frequente acompanhamento do vencimento de prazo de processos nessa condição para encaminhamento imediato para conclusão ao magistrado. Trata-se de observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais.

Liquidação. A prática adotada na Unidade consiste na intimação da reclamada para apresentação de cálculo e depósito do valor que entende devido, sucedido da liberação do valor para o exequente e concessão de prazo para o reclamante se manifestar sobre a homologação de cálculos.



Verifica-se que os reclamantes são intimados para que tragam a CTPS em Secretaria e, sucessivamente, a reclamada, para cumprimento da obrigação de fazer, cuja inércia é substituída pela anotação pela Secretaria. Esclarecem que a prática é exitosa, sem percalços. De qualquer modo, fica a sugestão da Corregedoria para que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado.

A elevada taxa de congestionamento na execução, relacionada ao baixo número de execuções iniciadas, ensejam a conclusão de que as grandes demandadas realizam o pagamento espontâneo da condenação, o que é confirmado pela Unidade, enquanto ficam pendentes na fase, as ações trabalhistas de pequenas executadas.

Neste ato, é esclarecido o fluxo processual na execução, sobretudo quanto às atribuições do GIE e dos Oficiais de Justiça. Outrossim, a Corregedoria salienta que, em caso de dúvidas, os fluxos processuais da fase de conhecimento, liquidação e execução estão disponíveis para consulta na Extranet, aba “Jurídico”/ “Orientações da Corregedoria”, os quais dão acesso à *wiki* da Corregedoria e, conseqüentemente aos normativos correspondentes aos procedimentos vigentes.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular está em licença para estudo, conforme Ato 12/2017-GP-AAM. Por sua vez, o Juiz Substituto Auxiliar Fixo RICARDO LUÍS VALENTINI está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0091500-58.2008.5.15.0897), e o Juiz Substituto MÁRCIO CAVALCANTI CAMELO reside na sede da circunscrição;

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.



24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação d(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4.113/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 13 de setembro de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.